

ATA - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO - 01/06/2021

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um realizou-se reunião ordinária do Conselho Pleno, através da plataforma virtual Google Meet, com a presença dos (as) conselheiros (as) Eliana de Oliveira Teixeira, Norielem de Jesus Martins, Amália Cristina Portella de Almeida Daher, Maria Andréia de Almeida Ribeiro, Cleyde Moreira Fernandes, Ana Rosa Vieira dos Santos Aguiar, Felipe de Oliveira Melo, Lucinda de Oliveira Cordoeira, Eva da Trindade Terra, Rodrigo Henrique Martins de Andrade, Luís Claudio da Silva, Mariana Máximo, Fernanda Marins, Alcir Campos e as professoras Cleyde Moreira Fernandes e Ana Lucia da Silva Campelo como ouvintes. A reunião teve início às nove horas e quinze minutos tendo a seguinte pauta: 1) leitura da ata da reunião anterior; 2) apreciação dos processos de autorização de funcionamento de escolas; 3) audiência pública "Direito à Vida e à Educação, em Tempos de Pandemia"; 4) composição das câmaras; 5) calendário de visitas às escolas; 6) processo de homologação do referencial curricular do município - BNCC; 7) informes - a) reunião da Comissão de Educação da Câmara; b) recomposição do Fórum Permanente de Educação; e c) ofício do Ministério Público sobre Gestão Democrática/PME. Em função de um problema técnico, o presidente do CME iniciou a reunião pela apreciação dos processos de autorização de funcionamento das escolas, contextualizando os presentes sobre os procedimentos realizados pela Assessoria Técnica e pela Câmara de Legislação e Normas. Eliana leu os Pareceres CME-AR nº 05/2021, nº 06/2021 e nº 07/2021 que tratam dos processos de autorização de funcionamento do Centro Educacional Jacuacanga LTDA, da E. M. de Educação de Surdos e da E.M. para deficientes visuais, respectivamente. Todos os pareceres foram aprovados por unanimidade pelo Pleno. A seguir, passou-se à leitura do PARECER CME-AR Nº 04/2021 produzido a partir do processo de solicitação para publicação da portaria de extinção da E. M. Julio Honorato, situada na Praia de Freguesia de Santana. Após a leitura e esclarecimentos o pleno aprovou o parecer por unanimidade. Em seguida, o colegiado acompanhou a leitura da ata da reunião anterior, que foi aprovada. Antes de passar para a pauta da Audiência Pública, os presentes debateram sobre a possibilidade de acessar a Secretaria de Saúde para obtermos dados sobre o número de infectados nas escolas particulares após o retorno presencial. Ana Campelo perguntou se há estudo sobre isso. Eliana alertou que não há estudo e que precisamos ter clareza do uso desses dados, pois podem ter usos "para o bem e para o mal" e que talvez possam ser utilizados para um retorno antecipado das aulas na rede pública e que precisamos ter clareza de que a realidade vivenciada nas escolas particulares é diferente do contexto das escolas públicas. Ana Lúcia Campelo disse que esteve na reunião da Comissão de Educação e que lá verificou que há interesse em retornar sim, uma vez que os profissionais da educação serão vacinados em junho. Luís acrescentou à fala da Eliana que a questão do retorno está vinculada à bandeira do território. Disse que o Conselho também vem recebendo essa pressão, inclusive o Ministério Público. Disse, ainda, que é preciso pensar também na vacinação dos estudantes de EJA. Norielem ressaltou que hoje há sim a ansiedade de retornar, porém somente com segurança e com vacina. Mesmo que se comece a vacinação agora, é preciso

considerar que a imunização completa só acontece após um certo tempo de recebimento da segunda dose. Acrescentou que Angra tem comprado essa briga, diferente de muitos municípios que têm pautado um retorno que entende irresponsável. Ressaltou que a Secretaria de Saúde possui um bom levantamento e base de dados sobre a situação, que há estatísticas por bairros. Norielem disse que muitos técnicos vêm participando desse trabalho de estatística. Ana Rosa também ressaltou a existência dos dados pela Saúde e que se o impacto da abertura das escolas particulares fosse realmente grande, acredita que a própria Vigilância Sanitária já teria apontado o fechamento das escolas. Ressalta que se o Conselho Municipal realmente tem dúvidas, precisa sim solicitar as informações. Que na Associação das Escolas Particulares não se tem verificado um número tão acentuado, pois isso é socializado, e que apenas duas escolas precisaram fechar totalmente até hoje. Que ainda não foi observado uma situação preocupante no grupo. Luís afirma que o ofício será encaminhado. Norielem ressaltou que é preciso ter clareza de por que solicitar esses dados. Destaca que o trabalho vem sendo feito com seriedade. Ana Rosa disse que a Vigilância tem realizado esse trabalho com seriedade e que na sua escola eles já estiveram várias vezes, sem comunicar, e têm ido em todas as escolas. Maria Andréia disse que é mãe de aluno de escola particular e que de fato eles vem fazendo esse trabalho com seriedade e que a realidade é muito diferente da escola pública, que precisamos ter cuidado com esse pedido, pois pode servir para antecipar o retorno das escolas públicas. Disse que a escola de seu filho vem cumprindo os protocolos “religiosamente”, que há exigência do uso de máscaras e que a alimentação é levada de casa. Ressalta que os parâmetros são muito diferentes. Enfatiza que é preciso ter cuidado com esta solicitação. Luís colocou a questão em votação. Felipe solicitou uma questão de encaminhamento, ressaltando que o encaminhamento foi deliberado na última reunião: vamos deliberar de novo? Ressaltou que o Conselho Municipal tem um papel que está definido em lei, que é de acompanhamento do trabalho realizado nas escolas. Solicitar os dados não significa que estamos duvidando do trabalho da Secretaria de Saúde e que esta solicitação é apenas uma forma de cumprir seu papel de monitoramento. Aponta que é preciso analisar os dados para entender o que de fato está acontecendo, que se não analisamos permanecemos no escuro. Concorda que a realidade da escola particular e da escola pública são completamente diferentes. A realidade da escola particular serve para analisarmos se o cumprimento dos protocolos está sendo eficiente ou não. Lembra da pesquisa que vem sendo realizada em Serrana/SP que vem servindo para analisar as tentativas de controle da pandemia. A realidade da escola particular de Angra pode servir de indicativo para saber se os protocolos funcionaram ou não e se isso pode servir ou não de base para pensarmos o trabalho nas escolas públicas. Está propondo que o Conselho faça a análise sobre os dados. Eliana, com base na ata, destacou que a proposta foi feita no final da última reunião e foi apontado por Silvia Lira que o quórum estava baixo. Norielem enfatizou que a Saúde trabalha com seriedade. Sandra concordou com Felipe que não se trata de desconfiar dos dados, mas apenas de conhecer os dados. A proposta foi aprovada pela maioria dos presentes, mas com a ressalva de que é preciso ter cuidado com o que se fará com essas informações. E que não seriam publicizados pelo CME sem análise por parte

do colegiado. Passou-se então a considerar o terceiro ponto da pauta: a audiência pública "**Direito à Vida e à Educação, em tempos de pandemia**". Ressaltou-se que o objetivo da mesma é debater a importância do ensino remoto no contexto da pandemia da Covid-19, bem como avaliar sua realização no âmbito do município e apontar perspectivas para ampliação de sua qualidade. Foram ratificados o dia (11/06/2021) e o horário (13h30min às 17h) da audiência que aconteceria somente pelo ambiente virtual, transmitida pelo Canal do Youtube do Conselho Municipal de Educação de Angra dos Reis. Os membros do GT responsável pela organização do evento repassaram aos conselheiros que: os ofícios convidando as instituições para participarem da audiência foram enviados em 31/05/21, Sandra explicou que na comissão de educação quando o CME divulgou e convidou os presentes para audiência os vereadores presentes não fizeram nenhum comentário sobre a disponibilidade do espaço para audiência conforme solicitado pelo CME por ofício. Luis disse que Maxwell, assessor do presidente da Câmara, esteve no Conselho e se desculpou pela falta de resposta e que poderia tentar a realização na Câmara, a presidência se posicionou informando que acatava a deliberação feita no GT, de que seria virtual, e esclareceu ainda que o CME também havia pedido o espaço do C.E. Pereira Carneiro e que a resposta foi negativa. Eliana trouxe para o pleno para apreciação e deliberação da proposta feita pelo GT de que a audiência também seja uma Conferência Livre, parte das etapas municipais da CONAPE em Angra dos Reis, relembrou as informações sobre a CONAPE-2022, ressaltando que se aprovada, precisamos cadastrar a audiência pública como conferência livre da CONAPE no município. Luís destacou que a realização da CONAPE não é uma obrigação da Secretaria de Educação ou do Conselho, mas é uma ação de compromisso de todos e todas que lutam pela educação. Perguntou se alguém do pleno se oporia ao cadastro da atividade como Conferência Livre. Felipe ressaltou que sendo na Câmara é importante lembrar que seria transmitida na TV Câmara e figuraria nos registros daquela Casa Legislativa. Propõe como encaminhamento a votação também desta pauta. Luís destaca que acredita não poder contar com o sucesso de mais uma tentativa, mas que não se opunha a tentar mais uma vez. Felipe lembrou que o vereador havia dito que estava autorizada para ocorrer dia 02. Sandra alertou para o fato de que não houve resposta oficial. Eliana disse que a presidência tentou buscar o retorno oficial por todos os meios, sem sucesso. Luis encaminhou a votação com a seguinte proposta: tentar mais uma vez autorização oficial para utilizar a infraestrutura da Câmara, mas acatando a proposta definida pelo GT (audiência em formato totalmente virtual). A proposta foi aprovada por unanimidade. A seguir também foi deliberado pelo pleno (por unanimidade) que: a audiência fará parte da etapa municipal da CONAPE e que a divisão de tarefas entre os conselheiros será feita através do grupo de Whats App. O grupo passou a para o próximo ponto da pauta: composição das câmaras. Luis disponibilizou a composição das Câmaras de Educação Básica, Legislação e Normas e do Fundeb e pediu aos conselheiros que ainda não se dispuseram a participar das câmaras o façam o mais rápido possível. Eliana socializou no grupo o link para cadastro dos conselheiros nas Câmaras. (A composição de cada Câmara está disponível no Boletim Informativo do CME-AR - junho de 2021). Luis falou sobre discutir as atribuições das câmaras internamente, elaborando documentos para defini-las

claramente. Mas que isso não se refere à Câmara do Fundeb, que tem regras próprias. O colegiado passou a discutir o calendário de visitas às escolas. Eliana apresentou uma proposta de Calendário de visitas às escolas no mês de junho de 2021, ficando disponível o uso do carro às Terça-feiras e Quinta-feiras (Manhã e Tarde). Os dias previstos para visitas foram 8, 10, 15, 17, 22, 24 e 29 de junho. Houve sugestão de que poderia acontecer outro dia, caso houvesse demanda e possibilidade dos conselheiros. Ratificando a importância de organizar o calendário, Luís deu os seguintes encaminhamentos em relação às visitas: realização em duplas ou trios, com carro a disposição dos conselheiros, disponibilização de formulários para preenchimento facilitando a organização da visita e encaminhamentos posteriores: para as escolas particulares será preenchido formulário referente aos protocolos sanitários definidos no Decreto Municipal e outra demanda é visita técnica referente a processos e a emissão de pareceres para aprovação de funcionamento das escolas, que também tem formulário próprio. Eliana apresentou as datas de junho e solicitou que as pessoas incluíssem os nomes nos dias e nos horários (9h ou 14h) que estariam disponíveis, salientando que, se der certo, no próximo mês podemos continuar com a proposta. Luís sugere que o conselheiro que já fez visita faça dupla com quem ainda não fez. Maria Andréia disse que não tem como participar, pois não tem auxiliar de direção precisando estar o tempo todo na sua escola. Mariana diz que também não poderá e que para as direções das escolas a situação está bem complicada neste momento. Felipe perguntou: essas visitas são da Câmara de Educação Básica? Luis esclarece que em geral as visitas não tem como ser apenas pela câmara de educação básica, até porque não dá conta em função da demanda de escolas para visitar que temos hoje. Eliana esclareceu que a princípio, foi pensado assim, mas não tem sido possível e por isso a presidência está sugerindo que todo o conselho possa abraçar esta ação, até por que a câmara de educação básica precisará se envolver na discussão do referencial curricular do município/BNCC. Tendo esta câmara demandas específicas como as outras. Felipe propõe que os conselheiros se disponibilizem a realizar visitas nas escolas próximas de sua residência, visto que a extensão do município é grande. Sandra explicou que os roteiros são por território. Felipe propôs que seja disponibilizado no grupo o roteiro para que os conselheiros se disponibilizem. Foi disponibilizado arquivo com endereços das escolas por região, já organizado previamente e Luís explicou que na Japuíba há 16 escolas particulares, mas no Perequê apenas duas e isso pode ser mesclado. Não dá pra colocar todas as escolas da região para uma única dupla. Cleyde Moreira perguntou se convidados podem participar da visita técnica. Sandra diz que não há nada previsto no regimento. Eliana aponta que é preciso amadurecer a questão, pois é um trabalho do Conselho com preenchimento de formulários, relatórios, há casos em que precisa ser fotografado e produzir documentos. Luis disse que isso já aconteceu no passado, mas que há um procedimento a ser respeitado e que o conselheiro nomeado assume a responsabilidade. Sandra sugere colocar a tabela no grupo do whatsapp do CME para que as pessoas preencham e coloquem a data que terão disponibilidade, o pleno acata e Luis afirma que encaminhará desta forma. O colegiado passou então a conversar sobre o processo de homologação do referencial curricular do município atrelado à discussão da BNCC. Esclareceu-se

que entre os anos de 2019 e 2020 a Rede Municipal produziu documento intitulado Documento Orientador Curricular da Rede Municipal de Ensino de Angra dos Reis com base nas diretrizes propostas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A análise de tal documento pelo Conselho Municipal de Educação servirá de subsídio para elaboração de parecer e posterior homologação do referencial. Luís informa que em 22 de maio ele participou de uma reunião com a Uncme, Undime e representantes do MEC onde foi feita uma convocação aos conselhos municipais. Esclareceu que em relação a produção dos documentos curriculares os municípios poderiam aderir a BNCC como está, aderir ao documento curricular do Estado, ou realizar sua própria discussão, elaborando seu próprio documento, fazendo adequações ao instituído na Base Nacional. A rede municipal de Angra dos Reis elaborou seu próprio documento. Foi cobrado, nesta reunião, que os conselhos municipais homologassem os documentos produzidos pelos municípios. Se não houver esta homologação o município fica irregular e passa a ter dificuldades com repasses de verbas. Informou que a Superintendente de Educação, Sra Maria Verônica, enviará o documento da rede. O coletivo discute que para além de analisar o documento da rede o CME precisa fazer a discussão sobre a educação infantil das escolas particulares. Luís apontou que precisamos fazer uma reunião e que já fez contato com Melina para apresentar o documento da rede para que as escolas particulares possam discutir, analisar, acatar ou propor suas próprias alterações, adequando-o. Explicou, ainda, que os recursos federais vinculados ao Censo Escolar têm a implementação da BNCC como condicionante. Eliana explica que essa será uma demanda da câmara de educação básica e propôs que esta câmara avalie o formato e procedimentos que serão adotados pelo CME na condução da análise e aprovação do referencial curricular e leve, posteriormente, para aprovação no pleno. Felipe perguntou se poderá ser feita a inclusão de propostas pelas escolas particulares. Eliana explicou que o documento da SEC já está pronto e acha que será preciso dialogar na Câmara e com as escolas de educação infantil da iniciativa privada, definindo o que fazer. Felipe esclarece que o documento elaborado pelo município não pode esquecer o princípio de ser ponto de partida e que daqui a algum tempo precisará ser discutido e atualizado. Diz que torce para que sejam feitas propostas que ampliem o trabalho já realizado no município. Ana pergunta se o documento será apresentado para ela levar ou se será marcada alguma reunião. Luís pede para ela solicitar que as escolas atualizem seus emails junto ao CME e explica que o documento deverá ser socializado e, posteriormente, será realizada a reunião. O prazo estipulado era dia 30 de maio e que os presidentes, inclusive ele, disseram que não era possível cumprir. Enfatizou que se for encaminhado para as escolas com possibilidade de alteração precisam ter acesso ao documento antes, discutir, amadurecer e depois formular suas propostas. Após debate o Pleno deliberou que: a análise do Documento Orientador Curricular da Rede Municipal de Ensino de Angra dos Reis será feita através da Câmara de Educação Básica que também ficará responsável por definir as ações que farão parte do processo bem como definirá proposta para tratar da especificidade da Educação Infantil que no Sistema Municipal de ensino envolve as instituições públicas e privadas. A conselheira Ana Rosa ficará responsável por compartilhar com a Associação das Escolas particulares de Angra dos Reis os

documentos e propostas pertinentes a estas unidades de ensino. Eliana passou a ler os informes que estão disponibilizados no Boletim do CME -junho 2021. **C) REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA.** No último dia 27 de maio o CME participou de reunião com a Comissão de Educação da Câmara Municipal através das conselheiras Eliana Teixeira e Sandra Cardoso. Também participaram desta reunião: o Secretário de Educação, Paulo Fortunato, o Secretário Executivo de Gestão Educacional, Carlos Alexandre, a Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Angra dos Reis (SINSPMAR), Andréa Jordão, as representantes do Coletivo de Professores da Rede Municipal, Renata e Ana Lúcia Campelo e o vereador Charles. Pela Comissão de Educação estavam os vereadores Jorge Mascote e Jorginho Brum. Na apresentação inicial o Secretário de Educação ressaltou algumas ações realizadas pela SEC nos últimos meses, com ênfase nas ações direcionadas ao ensino remoto em função da pandemia da Covid-19. Os vereadores apresentaram como principal ponto de pauta questões relacionadas à valorização do magistério como o cumprimento de $\frac{1}{3}$ de carga horária de coordenação para os professores e a equiparação salarial dos docentes I. A esse respeito o Secretário argumentou que todas as propostas para cumprimento das solicitações geram impacto no orçamento municipal e que é necessário ter responsabilidade para avançar no encaminhamento de tais políticas. As representantes do coletivo de docentes destacaram o persistente adiamento do Executivo na execução de tais questões. O CME enfatizou a necessidade de planejamento coletivo de sua implantação sem perder de vista o caráter pedagógico da proposta que viabilizará a execução da lei. O Vereador Charles apontou a possibilidade de emissão de Emendas Parlamentares como solução. A comissão de educação se comprometeu a amadurecer a questão mantendo o compromisso com o coletivo de professores presentes. Outros assuntos também foram pauta da reunião. O CME convidou às instituições e cidadãos presentes na reunião para participarem da audiência pública “**DIREITO À VIDA E À EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA**” que será realizada pelo Conselho Municipal de Educação no dia 11/06/2021, falou também sobre a mobilização para realização da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) - Etapa Municipal e da importância do cumprimento das metas do PME em Angra dos Reis, apresentou o Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação produzido pelo Fórum Permanente de Educação de Angra dos Reis no ano de 2020 e ressaltou a importância da participação oficial dos representantes do referido Fórum nas reuniões da Comissão de Educação. As demais instituições presentes levaram para o debate a inserção dos profissionais que atuam na educação na campanha de vacinação contra Covid-19, a preocupação quanto ao retorno das aulas presenciais na rede municipal em função da Pandemia; a notícia da Reforma da E.M. Ayrton Senna da Silva feita pelo Instituto Ayrton Senna. Obs.: O CME se comprometeu em encaminhar o Relatório de Monitoramento e Avaliação do PME para os novos vereadores o que foi feito no dia seguinte à reunião. **D) RECOMPOSIÇÃO DO FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS** - No último dia 28 de maio, às 14h, o CME participou de reunião de recomposição do Fórum Permanente de Educação de Angra dos Reis, a reunião ocorreu no auditório do Centro de Estudos Ambientais. Estiveram presentes representantes da Secretaria

de Educação e outras secretarias do executivo municipal, bem como representantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, CEFET, UFF, Faculdade Universo, SEPE, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Comunidade Quilombola Santa Rita do Bracuí, etc. Antigos representantes do Fórum presentes retomaram memórias de atuação do coletivo no município como a realização da Conferência Municipal de Educação em 2018, ressaltaram a importância do Fórum no monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Angra dos Reis e dialogaram sobre o trabalho a ser feito em 2021, como as ações de monitoramento da execução do Plano no território e as atividades referentes à CONAPE/Etapa Municipal e à Conferência Municipal de Educação. **E) OFÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA/PME** - Através do Ofício nº 319/21 – 2ª PJTC o Ministério Público solicitou ao CME informações sobre ações previstas para o ano de 2021 para garantia do cumprimento da gestão democrática da educação pública em Angra dos Reis. Com base no artigo 9º do PNE e na meta 19 do PNE e do PME estamos informando algumas ações que já foram feitas e outras que constam em nossas deliberações coletivas como: curso de formação para conselheiros municipais, busca de parceria com o GAFCE para fortalecimento do CME e dos Conselhos Escolares, fortalecimento da institucionalização de formas de colaboração horizontal nas políticas educacionais da rede como a atuação na consolidação do Programa Mais PNE do governo Federal; participação no planejamento e nas visitas técnicas para consolidação da educação escolar quilombola na rede municipal, participação ativa na solicitação de recomposição do Fórum Permanente de Educação, escuta das demandas de professores, escuta atenta das demandas de pais, alunos e profissionais da educação e de seus respectivos representantes no colegiado, produção e envio de carta aberta às operadoras de telefonia móvel que atuam em Angra dos Reis cadastramento para contratação e oferta do serviço de acesso a dados para estudantes e professores da rede municipal, custeado pela administração pública, à Plataforma Educacional adotada no município com divulgação nas redes sociais e oficial para conhecimento da sociedade angrense; proposição de audiência pública com objetivo de favorecer o diálogo entre poder público e sociedade buscando a melhoria do atendimento dos estudantes e professores durante o período da pandemia; divulgação dos dias e horários das reuniões ordinárias do CME nas redes sociais, publicação em site oficial de eventos normativas e atas do CME, Parceria com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no pedido de oferta de alimentação a todos os estudantes da rede municipal durante o ano letivo 2021 e não apenas aos que possuem idade inferior a 6 anos; solicitações de esclarecimentos a SEC através de ofícios conforme deliberado nas reuniões do Pleno são exemplos destes requerimentos proposições sobre a melhoria do ensino remoto no município, sobre o processo de consulta pública para o cargo de gestores da rede municipal e sobre a atuação dos coletivos de pais e estudantes no interior das redes de ensino; participação e realização de reuniões institucionais em âmbito municipal, estadual e nacional que tenham como pauta a educação, entre outras ações. O conselheiro Felipe pediu para inserir nas ações voltadas para garantia da Gestão democrática do município a solicitação feita à SEC, e que teve aceite do secretário, de apresentação do Plano de Gestão político e educacional da Secretaria de Educação



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

considerando que ele poderá possibilitar o permanente diálogo com o colegiado. Eliana disse que após as correções, o boletim será divulgado. Em tempo, o sr Alcir socializou com o grupo informações sobre o kit de alimentação escolar que será disponibilizado para os estudantes da rede. Afirmou que já está com a ata onde o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) aprova a compra do kit de alimentação, dependendo apenas de coletar as assinaturas de conselheiros. Luis lembra que o Kit já foi empenhado, mas precisava da aprovação do CAE para que se efetivasse a compra para toda a rede, da Educação Infantil à EJA. Luís explicou que serão dois kits: um para atender à creche e outro para os estudantes do pré ao 9º ano e EJA. Finalizando os trabalhos, a presidência lembrou aos presentes que a próxima reunião do Conselho Pleno está pré-agendada para o dia 06 de julho, reafirmou que todos devem assinar a frequência, agradeceu a presença de todos e reafirmou a disponibilidade do CME em receber sempre convidados para participação nas reuniões lembrando que o coletivo definiu que as reuniões ordinárias ocorrerão sempre nas primeiras terças-feiras de cada mês, pedindo que a data seja reservada pelos membros, de modo que não tenhamos ausências que possam inviabilizar sua realização. Sem mais a tratar, a presente reunião foi encerrada. Ata aprovada em 06 de julho de 2021.